

CONHECIMENTO RACIONAL POR CONCEITOS (FILOSOFIA) E CONHECIMENTO RACIONAL POR CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS (MATEMÁTICA)²

A oposição entre filosofia e matemática (KrV B740-766), ou conhecimento racional por conceitos e conhecimento racional por construção de conceitos, é uma das distinções mais originárias do pensamento crítico de Kant. Ela ganha corpo completo ainda no período pré-crítico, na década de 1760. Dela Kant adquire consciência por meio da questão proposta por Johan Georg Sulzer e acolhida pela Academia Real Prussiana, sendo publicada em 23 de junho de 1761. O fato de Kant ter entregado seu ensaio em 31 de dezembro de 1762, para um prêmio cujo *deadline* se encerrava em 01 de janeiro de 1763, mostra, sobretudo, que ele já havia se ocupado intensamente dessa questão no início da década de 60. Publicado em 1764, esse ensaio, ao ter seu principal resultado reivindicado em diversas obras das décadas subsequentes, tornou-se um dos marcos mais duradouros do Kantismo, a saber: a heterogeneidade das fontes do conhecimento racional filosófico e do conhecimento racional matemático. A genialidade da solução de Kant é impactante para essa questão “de berço” da história da filosofia e que se tornou um limiar da sua própria filosofia, mas cabe ressaltar que ela ganhou viço e força no solo muito propício da questão proposta por Sulzer, que, em termos gerais, seria a seguinte: qual o grau de certeza que caracteriza os primeiros princípios do conhecimento metafísico e as verdades produzidas pelo geômetra? Esse grau se refere a procedimentos equiparáveis ou distintos? A resposta de Kant marcou toda a sua vida filosofante, e se materializou na arquidistinação de sua filosofia entre conhecimentos racionais por conceitos e por construção de conceitos.

Ao se posicionar em face do método de análise e síntese dos geômetras gregos, Kant pode adquirir consciência da radical e intransponível distinção entre procedimentos intuitivos e procedimentos discursivos. Este parece ser o fio condutor epistemológico mais onnipresente, atuante e penetrante da obra de Kant, e o autor parece ter cifrado isso no epíteto, retirado de Lucrécio (*De rerum natura*, I, 402-3), com o qual fez notificar seu anonimato ao entregar sua resposta à Academia: “De fato, para um espírito sagaz são o bastante estes poucos vestígios, pelos quais podes vir a conhecer todo o resto”.

Nesse texto, publicado como *Investigação sobre a distinção dos princípios da teologia natural e da moral* (1764), Kant indica com rigor a diferença entre o procedimento do geômetra e do filósofo. O primeiro exemplo utilizado é simples, mas bastante elucidativo. Kant opõe a

produção de um cone à apreensão do tempo. Obtém-se um cone girando um triângulo retângulo sobre sua própria base. O objeto, portanto, se apresenta juntamente com sua definição, e nada mais contém do que aquilo que nela está estipulado. Kant afirma, valendo-se de terminologia latina, que a definição é aqui obtida por síntese. No tocante ao conceito de tempo, não há quem dele não faça emprego. Trata-se, portanto, de um conceito já dado, cuja definição deverá ser obtida por desmembramento (*Zergliederung*). A dificuldade, nesse caso, está no fato de que diferentes configurações de notas poderão compor registros diferentes e, no limite, até incompatíveis, do que deveria ser o mesmo conceito. Por exemplo, se pedíssemos a diferentes pessoas para que definissem o conceito de tempo, isto é, se pedíssemos a cada um para que explicitasse as notas características, com as quais o apreende em sua própria concepção, jamais encontraríamos os mesmos elementos originários, como sói ocorrer caso fizéssemos a mesma solicitação àqueles que produzem um cone, pois poderiam, a partir da análise das propriedades do círculo e do triângulo retângulo, chegar aos mesmos elementos primitivos de construção. Kant percebe, por essa comparação, que os conceitos discursivos são inanalizáveis, justamente porque jamais poderiam ser rigorosamente construídos. Ou seja, Kant percebe que o filósofo jamais conseguiria se pôr na direção correta da análise, que seria aquela que daria acesso aos elementos originários a partir dos quais aquele conceito poderia ser univocamente reconstruído.

Essa incompatibilidade entre os modos de proceder do geômetra e do filósofo, que terminará doravante dois procedimentos distintos de definição e suas relações com seus objetos, será designada por Kant por notas características que se manterão inalteradas em seu pensamento nos vindouros quarenta anos de sua intensa reflexão. Descrevemos aqui três pares de notas, que conjugam características bastante elucidativas da incompatibilidade elaborada por Kant.

i) Desde o início do ensaio, Kant opõe aquilo que é arbitrário àquilo que é dado (UD-GTM AA 02: 276-277). O geômetra deveria construir conceitos arbitrários, ao passo que ao filósofo caberia a explicitação de conceitos já dados. Arbitrário (*willkürlich*), em português, dá ensejo a muitos equívocos, pois essa palavra circula em geral por contextos pejorativos, indicando procedimentos avessos a normas ou regras. A utilização por Kant desse termo é consciente e intencional, tanto que aparece na *Lógica de Jäsche*, quando comenta a origem lógica dos conceitos (Log AA 09: 94), e quando descreve as definições sintéticas por construção de conceitos (Log AA 09: 141). Kant utiliza essa palavra de um modo todo positivo, designando a construção de propriedades que foram excogitadas por escolha deliberada. Não se trata, de modo algum, de escolhas caprichosas e irreais, mas daquelas que, uma vez assumidas, podem estar ao alcance de quem quer que seja, e podem ser executadas de modo efetivo e unívoco. Isso está descrito de modo explícito nos primeiros quatro postulados de Euclides (sobre o quinto sempre pairou dúvidas), que conjugam as operações que alguém pode executar e os objetos que podem por elas virem a ser construídos. Quem assim procede, o faz ativamente, em oposição àquele que, de modo passivo, tem de aceitar algo como dado (*gegeben*). Nesse caso, trata-se de algo cuja existência já está realizada, e cujas notas características somente podem ser decompostas a partir da apreensão da coisa que é o referente do conceito. Ou seja, o geômetra constrói deliberadamente seus objetos, e neles insere as propriedades que decorrem estritamente dos ele-

mentos e métodos que empregou. Ao filósofo é forçoso acolher passivamente objetos já dados, para tentar explicitar, de modo não exaustivo, as notas que encerram sua concepção.

ii) Outro *tópos* básico da *Investigação* é a oposição entre universal *in concreto* e universal *in abstracto* (UDGTM AA 02: 278-279, 291-292). Essa terminologia é cunhada por Kant para explicitar o quanto se distanciam os procedimentos do matemático e do filósofo, e o quanto é diverso o modo de se produzir certeza em suas respectivas disciplinas. As propriedades de uma figura geométrica são maximamente evidentes, porque são construídas passo a passo sobre uma base intuitiva. Todas as notas que podem ser extraídas do conceito assim construído são obtidas *in concreto*, a partir da figura executada, que nada mais é do que o conjunto de propriedades que nela foram metodicamente inseridas. Exibida a figura, suas propriedades estão validadas e seu conceito está definido *in concreto*. Na definição de um conceito universal *in abstracto* é preciso ter sob os olhos não a base intuitiva sobre a qual se executam os passos da construção, mas a própria coisa dada juntamente com todas as suas determinações. Por mais que o filósofo procure, atentamente, extrair todas as determinações parciais de uma determinação total, jamais há a possibilidade de obter a determinação completa do conceito que exauriria todas as propriedades daquilo que se encontra sob análise. Para Kant, a ausência de fundamento determinável para conter o progresso da análise nos conhecimentos metafísicos constitui a principal armadilha que é urdida no interior dos conceitos discursivos.

iii) Outro *tópos* importantíssimo que emerge na *Investigação* (UDGTM), conduzindo a resposta à questão proposta por Sulzer, é a oposição entre análise e síntese. Mas não se trata da mera oposição no interior de um mesmo método, o matemático, que poderia ser executado, de modo inverso, pelo filósofo e pelo geômetra. Kant já havia percebido, nessa data, a peculiaridade do método de construção utilizado pelo geômetra. Kant então se interessa, principalmente, pelas impropriedades do método quando utilizado em uma disciplina discursiva. Discute não exatamente o problema da evidência, mas principalmente o da construção, detendo-se no exame da completude e univocidade das séries executadas ou regressivamente (análise) ou progressivamente (síntese). No fundo, como o próprio escrito de Mendelssohn, vencedor do prêmio, deixa tacitamente entrever, Kant não respondeu à questão da Real Academia de Berlim, porque não discute critérios de evidência, mas critérios de construção. E isso revela não a imperícia de Kant, mas sua perspicácia para reportar o problema a sua base mais profunda, de cunho metodológico. O uso sistemático de algumas palavras já indica a dificuldade detectada por Kant relativamente ao método de análise e síntese. Por exemplo, Kant sempre retorna ao problema de decomposição ou desmembramento de um conceito discursivo (*Zergliederung*) e utiliza repetidamente o adjetivo irresolúvel ou inanalísável (*unauflöslich*) (UDGTM AA 02: 280). Kant com isso refere-se ao fato de que na matemática a série inteira pode ser percorrida. Objetos instanciados podem ser decompostos até se identificar seus elementos originários, que, ainda que inanalísáveis, herdam uma certeza robusta advinda de sua base de evidência. Em contraposição a isso, a filosofia, quando desmembra ou decompõe um conceito dado, não consegue abarcar a completude da série, alcançando seus elementos últimos e originários. Restam, assim, muitos conceitos inanalísáveis, destituídos de evidência, e que não fornecem os passos da construção que possibilitaria univocamente a síntese do objeto que se pressupõe como um dado. Incompletude e equivocidade são índices da dificuldade de se operar com conceitos discursivos. Tanto

a matemática quanto a filosofia praticam a análise; mas a análise, na matemática – e esse é o seu teste de verificação –, sempre guarda consigo a possibilidade rigorosa de recobrir a síntese, enquanto na filosofia a análise é incapaz de redescobrir, somente com os elementos últimos da decomposição, o caminho unívoco e seguro da síntese.

Consciente da oposição radical entre filosofia e matemática, que se cristalizou lapidarmente em seu pensamento, quase duas décadas depois, em 1781, Kant dela se utiliza para demarcar a segunda grande divisão da *Crítica da razão pura*, nomeada “Doutrina transcendental do método”, que examina, em sua primeira secção, “A disciplina da razão pura no uso dogmático”. Por disciplina Kant entende a coação exercida por meio de regras para delimitar o trajeto exitoso de um procedimento (KrV B737). Trata-se, portanto, de um aprendizado negativo e não da aquisição de um conteúdo, cujo principal benefício seria evitar um erro, para o qual há uma forte inclinação que nos convida a cometê-lo. Kant notifica o leitor de que a disciplina aqui incide não sobre o conteúdo, mas sobre o método do conhecimento (KrV B740). O método, no uso dogmático da razão, pode ceder caminho à ilusão de equiparar os procedimentos da filosofia aos da matemática, como se ambas as ciências pudessem igualmente progredir dogmaticamente ampliando os conhecimentos sobre seus objetos mediante o uso puro da razão. Por isso, a disciplina aqui tem de incidir sobre o método, mostrando a incompatibilidade radical entre o modo pelo qual opera o matemático e aquele mediante o qual procede o filósofo. Assim, sentindo essa aquisição como um alicerce seguro sob seus pés, agora assentados em sua *Crítica da razão pura*, Kant designa precisamente os pontos da oposição que ela encerra. O geômetra, quando constrói os conceitos de que necessita, vale-se de definições, axiomas e demonstrações, elementos inaplicáveis no bojo do método e das tarefas que se atribuem à filosofia. Após uma ampla exposição da questão do método (KrV B740-B755), Kant examina cada um desses elementos com que opera o geômetra, a fim de apreender, por oposição, o método peculiar de que se vê obrigado a se servir o filósofo.

i) Em relação à definição, Kant principia com a oposição entre conceitos dados e conceitos construídos arbitrariamente. Na *Crítica da razão pura* (1781) Kant ainda se move em meio à terminologia elaborada na *Investigação* (1764 - UDGMT) e expressa seu pensamento de modo preciso por meio dela. Os conceitos dados são aqui divididos entre conceitos dados empiricamente (obtidos da experiência) e conceitos dados a priori (extraídos da natureza do intelecto) (KrV B755-B757). De ambos, segundo Kant, não pode haver estritamente definição, pois são obtidos por uma decomposição incompleta que jamais atinge os elementos imediatamente originários de uma evidência. Já os conceitos da geometria têm de ser construídos imediatamente a partir de uma base de evidência; e a análise de um objeto geométrico, para que seja considerada válida, tem de decompô-lo até que sejam detectados, sobre essa base imediata de evidência, os elementos primitivos que deram origem a sua rigorosa construção. Por isso, a chave principal do problema não se encontra na oposição entre o procedimento de análise e o procedimento de síntese, mas na própria incompletude da análise dos conceitos dados, os quais, pela impossibilidade de se atingir seus elementos primitivos, jamais podem ser objetos de rigorosa construção. Para marcar essa diferença irreduzível, Kant afirma que os conceitos filosóficos podem ser objetos de exposição (*Exposition*) (KrV B758), mas não de definição (*Definition*), que deveria aplicar-se somente aos conceitos matemáticos. Na *Lógica de Jäsche*, Kant

salienta que “[...] só podem ser sinteticamente definidos os conceitos arbitrários” (Log AA09: 142), ou seja, os matemáticos, e também frisa que “[...] só há exposição de conceitos *dados*, os quais por ela se tornam distintos” (Log AA09: 143). Posto que o conhecimento filosófico não pode operar com conceitos arbitrários, está sempre sujeito à execução de uma análise incompleta. Como um conceito dado, por mais que seja submetido ao procedimento de análise, ainda pode guardar consigo representações obscuras (KrV B756), a palavra exposição deve ser aplicada de modo cauteloso, para salientar o fato de que sua análise nunca pode ser considerada exaustiva. Desse modo, na matemática, conceitos indemonstráveis, mas que foram analisados exaustivamente até se alcançar uma evidência originária, podem ser tomados como objeto de certeza. Na filosofia, por sua vez, a decomposição é incapaz de projetar o não analisável sobre uma base de evidência.

ii) No tocante às demonstrações, as provas na filosofia são sempre *acroamáticas*, enquanto na matemática são construídas sobre uma intuição. No verbete *acroamático*, recorrendo aos verbos ver e ouvir, Mellin expressa isso de maneira exemplar, observando que “a palavra *acroamático* é grega, e significa algo que pertence à audição. Nas provas *acroamáticas* ouve-se (*hört man*) simplesmente o argumento, nas [provas] *matemáticas*, que por isso também se chamam *intuitivas* (pertencentes à visão), se as vê (*sieth man*) na construção” (Mellin, 1797, p. 69, Bd. I). Diferentemente dos conhecimentos transcendentais, que contém uma regra de síntese para unificar intuições de uma experiência possível, que passa a ser lida a partir dessa regra, a base de efetividade da matemática repousa nela mesma, ou seja, na forma da intuição. Essa base contém a evidência de que necessita o geômetra para que todas as propriedades descobertas no procedimento de construção pertençam *a priori* ao objeto construído. A filosofia, portanto, nunca opera exibindo o objeto na intuição – o que se denomina conhecimento por construção de conceitos –, mas pressupõe as condições da síntese nas quais um objeto poderá vir a ser indiretamente acolhido quando a sua matéria puder preencher as regras de unificação de uma síntese empírica. A experiência, portanto, é uma condição contingente para o conhecimento *a priori*, mas seus princípios – obtidos por conhecimento por conceitos – são condições necessárias para que sua síntese seja dada. Dessa oposição decorre uma contraposição de métodos. Kant afirma que a filosofia considera o universal *in abstracto* e a matemática o universal *in concreto* (KrV B742, B743-744, B762-763). Isso ocorre porque o objeto da matemática emerge de modo direto e concreto de uma operação de síntese que o exhibe passo a passo. Já a filosofia estabelece, por conceitos, a condição indireta de um objeto, cuja síntese precisa de um fio condutor para poder ser descoberta.

iii) Com respeito ao método de análise e síntese, Kant, na *Crítica da razão pura*, não mais se refere à imperícia da filosofia em decompor seu objeto até conseguir exibi-lo sobre uma base de evidência, como fizera na *Investigação* (UDGTM), mas, definindo o seu domínio como o dos conhecimentos por conceitos, reporta-se à peculiaridade do seu modo de proceder. Neste momento, em 1781, Kant opera com a certeza de que a filosofia não pode construir seus objetos, porque seus conhecimentos são destituídos de uma base a partir da qual consequências pudessem ser extraídas axiomáticamente. Vinculada a uma base intuitiva homogênea, a matemática pode construir as propriedades de seus objetos e nelas identificar os predicados que lhes correspondem necessariamente. Essas propriedades, se forem decompostas, podem

ser percorridas axiomáticamente, e assim todos os conteúdos que lhes correspondem podem ser unificados como conhecimentos sintéticos a priori imediatamente válidos. Em filosofia, a força da síntese, para Kant, não repousa mais na construção de objetos teóricos imediatamente válidos, mas em princípios sintéticos a priori que são empregados como fio condutor para identificar o modo como objetos devem se apresentar para poderem ser unificados em uma experiência, o único domínio teórico em que os conhecimentos a posteriori podem ser dotados de validade objetiva a partir de uma síntese conduzida pelo intelecto. Destituída de uma base axiomática, a filosofia não pode, por um lado, construir objetos teóricos diretamente como a matemática o faz mediante intuições a priori. Por outro lado, ela não pode ser um modelo cognitivo que opera com juízos exclusivamente analíticos, que são inaptos para ampliar nossos conhecimentos sobre os existentes.

Portanto, em confronto com a matemática, Kant redefine a filosofia. Destituída de definições, demonstrações e axiomas, que designam o conhecimento matemático por construção de conceitos, a filosofia passa a ser definida como conhecimento racional por conceitos. No entanto, o que resulta de original e inventivo nesse confronto, é que Kant passa a designar a filosofia como conhecimento racional por conceitos, ou seja, como conhecimento incontornavelmente discursivo, sem deixar de circunscrevê-la em um lócus em que ela exerça uma tarefa bem delimitada e significativa de síntese. Do ponto de vista teórico, que é o que está em questão na primeira crítica, os princípios sintéticos operam indiretamente, ou seja, eles asseguram as condições de síntese de qualquer objeto que possa ser encontrado no domínio de toda experiência possível. Mas no âmbito da filosofia criticada esses princípios sintéticos não são, e jamais poderão ser, recursos imediatos para a construção de objetos.

As soluções encontradas na “Doutrina transcendental do método”, da primeira crítica (1781), estão em consonância com os problemas levantados com sutil e penetrante argúcia na *Investigação* (1764). Como Kant entregou o *Preisschrift* (UDGTM) em dezembro de 1762, isso indica que essa tarefa não se limitou a ser um texto pontual, mas se configurou como um programa de pesquisa que dominou os próximos dois decênios da atividade de investigação de Kant, se enraizando metodologicamente, nos últimos dois decênios de sua vida intelectual, em todas as tarefas empreendidas no decorrer do período crítico. Foi justamente esse enraizamento que impediu a incorporação direta de Kant pelo idealismo alemão, pois essa definição bem circunscrita da filosofia a partir de seu poder peculiar de síntese demarcava de modo indelével a finitude do ser humano. Que a filosofia seja conhecimento racional por conceitos e a matemática conhecimento racional por construção de conceitos, não diz isso respeito a uma mera definição nominal, mas trata-se de uma radical diretriz metodológica que se estendeu por quatro décadas, demarcou as fronteiras entre o discursivo e o intuitivo, e se tornou cardial para toda a filosofia crítica de Kant.

RESUMO: A distinção entre filosofia e matemática enquanto modos de operação da razão tem presença marcante nos cursos de Lógica de Kant, mas igualmente articula diversas soluções de problemas no interior do pensamento crítico. No entanto, ela data do período pré-crítico, tendo se tornado bem explícita já na obra *Investigação sobre a distinção dos princípios da teologia natural e da moral* (1764). Quase duas décadas depois, essa distinção será retomada na “Doutrina transcendental do método”, contida na *Crítica da razão pura* (1781). Ao contrário de Christian Wolff, que propunha uma divisão tripartite do conhecimento, distinguindo

conhecimentos históricos, filosóficos e matemáticos, Kant aloca os conhecimentos filosóficos e matemáticos no interior da mesma divisão epistemológica: ambos são conhecimentos racionais. No entanto, um é conhecimento racional por conceitos (filosofia) e outro é conhecimento racional por construção de conceitos (matemática). Por meio dessa distinção e das oposições que ela comporta, Kant vai definir o método de trabalho do filósofo e do matemático e o modo de resolução de problemas específico de cada uma dessas disciplinas. Comparando os dois textos citados acima, pretendemos esclarecer os procedimentos metodológicos concebidos mediante essa distinção, e as respectivas tarefas epistemológicas que ela comporta.

PALAVRAS-CHAVE: Kant. Análise. Síntese. Filosofia. Matemática.

ABSTRACT: The distinction between Philosophy and Mathematics as rational modes of operation has an important place in Kant's Logic courses and it also articulates several solutions to problems within critical thinking. This distinction dates back to the pre-critical period and had already become quite explicit in the *Inquiry concerning the distinctness of the principles of natural theology and morality* (1764). Almost two decades later, this distinction was resumed in "The Transcendental Doctrine of Method", contained in the *Critique of Pure Reason* (1781). Unlike Christian Wolff, who proposed a tripartite division of knowledge, distinguishing historical, philosophical and mathematical knowledge, Kant allocates philosophical and mathematical knowledge within the same epistemological division; both are rational cognition. However, one is rational cognition from concepts (Philosophy) and the other is rational cognition from the construction of concepts (Mathematics). By means of this distinction and of the oppositions it entails, Kant defines the work method of the Philosopher and of the Mathematician as well as the mode of problem-solving specific to each of these disciplines. By comparing the two texts cited above, we intend to clarify the methodological procedures conceived through this distinction, and the respective epistemological tasks it entails.

KEYWORDS: Kant. Analysis. Synthesis. Philosophy. Mathematics.

REFERÊNCIAS / REFERENCES

- CARSON, Emily. Kant on the Method of Mathematics. *Journal of the History of Philosophy*, v. 37, n. 4, p. 629-652, out. 1999.
- DUBISLAV, Walter. Über den sogenannten Gegenstand der Mathematik. *Erkenntnis*, v. 1, p. 27-48, (1930/1931).
- DUNCAN, Howard. The Euclidean Tradition and Kant's Thoughts on Geometry. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 17, n. 1, p. 23-48, 1987.
- DUNLOP, Katherine. Arbitrary combination and the use of signs in mathematics: Kant's 1763 prize essay and its wolffian background. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 44, n. 5-6, p. 658-685, 2014.
- ÉCOLE, Jean. *La métaphysique de Christian Wolff*. Hildesheim: Georg Olms, 1990. 2 Bd.
- FRIEDMAN, Michael. Kant on Geometry and Spatial Intuition. *Synthese*, v. 186, n. 1, p. 231-255, mai. 2012.
- HEIS, Jeremy. Kant (vs. Leibniz, Wolff and Lambert) on real definitions in geometry. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 44, n. 5-6, p. 605-630, 2014.
- KANT, Immanuel. *Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.
- MARCUCCI, Silvestro. *Kant e le scienze*. Scritti scientifici e filosofici. Scelta, introduzione, traduzione e commento de Silvestro Marcucci. Padova: Liviana Editrice, 1977.
- MELLIN, Georg Samuel Albert. *Encyclopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie*: oder Versuch einer fasslichen und vollständigen Erklärung der in Kants kritischen und dogmatischen Schriften enthaltenen Begriffe und Sätze. Züllichau und Leipzig: Frommann, 1797.
- PETERS, Wilhelm Servatius. Widerspruchsfreiheit und konstruierbarkeit als kriterien für die mathematische existenz in Kants wissenschaftstheorie. *Kant-Studien*, v. 57, n. 1-4, p. 178-185, 1966.

_____. Zum Begriff der Konstruierbarkeit bei I. Kant. *Archive for History of Exact Sciences*, v. 2, n. 2, p. 153-167, 1964.

SCHIRN, Matthias. Kants Theorie der geometrischen Erkenntnis und die nichteuklidische Geometrie. *Kant-Studien*, v. 82, n. 1, p. 1-28, 1991.

SEBESTIK, Jan. La dispute de Bolzano avec Kant: Fragment d'un dialogue sur la connaissance mathématique. *Philosophiques*, v. 30, n. 1, p. 47-66, 2003.

SHABEL, Lisa. Kant's "Argument from Geometry". *Journal of the History of Philosophy*, v. 42, n. 2, p. 195-215, abr. 2004.

NOTAS / NOTES

¹ Marcos César Seneda doutorou-se pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e é Professor associado do Instituto de Filosofia (IFILO) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Faz parte da Sociedade Kant Brasileira e atualmente é coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia e Interdisciplinaridade (CEPFI). Dedicar-se à investigação de questões sobre teoria do conhecimento e teoria da ação, interessando-se pelas contribuições de Kant, Hume e Weber.

Marcos César Seneda did his PhD degree at the State University of Campinas (Unicamp). He is an Associate Professor at the Institute of Philosophy (IFILO) and at the Postgraduate Program in Philosophy (PPGFIL) at the Federal University of Uberlândia (UFU). He is a member of the Brazilian Kant Society and is currently coordinator of the Center for Studies and Research on Philosophy and Interdisciplinarity (CEPFI). He investigates questions on the Theory of Knowledge and of Action and is interested in the respective contributions of Kant, Hume and Weber.

² Este trabalho apresenta resultados correlatos de um projeto de pesquisa financiado pelo Edital Universal da FAPEMIG – Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais

Recebido / Received: 21.7.2018.

Aprovado / Approved: 12.8.2018.